## **DECRETO N° 054/2018, DE 18 DE OUTUBRO DE 2018.**

Dispõe sobre medidas emergenciais de contenção de despesas em virtude da queda de arrecadação para manter as condições de equilíbrio entre receita e despesa no âmbito do Município de Jateí/MS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JATEÍ/MS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI, do artigo 52 da Lei Orgânica do Município.

**CONSIDERANDO** que a arrecadação municipal, envolvendo aquelas oriundas de transferências, estadual e federal, bem como a arrecadação própria vem sofrendo quedas acentuadas nos últimos meses;

**CONSIDERANDO** que o nível das despesas municipais está em crescimento, já ultrapassando os limites impostos pela legislação vigente, em especial aquelas com pessoal;

**CONSIDERANDO** a necessidade de adequação do município às previsões da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial quanto ao equilíbrio orçamentário-financeiro;

**CONSIDERANDO** a necessidade de manter o equilíbrio das contas públicas, mediante ajuste das despesas e receitas;

**CONSIDERANDO** a necessidade de evitar atrasos na quitação da folha de pagamento dos servidores públicos municipais, e no pagamento de fornecedores;

CONSIDERANDO que o término do exercício de 2018 se avizinha;

**CONSIDERANDO** a necessidade de manutenção dos serviços básicos prestados pelo município;

**CONSIDERANDO** por fim, a necessidade de se aplicar com rigor medidas que venham a favorecer o controle na aplicação de recursos financeiros do município, adequando-se aos preceitos da legislação vigente.

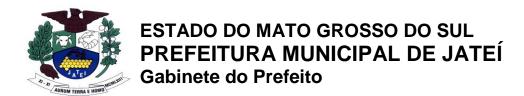
## **DECRETA:**



**Art.** 1º Fica determinado a todos os Secretários e Gerentes Municipais que promovem gastos para a Administração Pública Municipal, que as despesas constantes da programação orçamentária de caráter continuado, relativas à execução de serviços permanentes sejam reduzidas em, no mínimo, 20% (vinte por cento) do patamar de aplicação atual.

**Parágrafo único.** Estão incluídas na redução de que trata este artigo, as despesas com o consumo de energia elétrica, água, telefone e outras despesas de manutenção.

- **Art. 2º** Além das medidas previstas no artigo anterior, ficam ainda suspensos os seguintes atos e ações administrativas para o efetivo controle das despesas públicas:
- I concessão de licença para tratar de interesses particulares e licença-prêmio, quando estas implicarem na necessidade de nomeações ou contratações temporárias para a substituição do servidor licenciado;
- II nomeação de servidores em cargos de comissão, contratações temporárias ou renovações de contratos temporários;
- III participação de servidores públicos municipais em treinamentos, seminários e cursos de qualificação, bem como encontros regionais, estaduais e nacionais de quaisquer áreas, salvo os casos em que a participação não acarretar despesas ao erário municipal ou até mesmo quando a participação for imprescindível, todavia nestes casos deverá haver autorização expressa do Prefeito Municipal;
- IV concessão de diárias, com exceção daquelas destinadas ao Chefe do Poder Executivo ou aquelas por ele devidamente autorizadas, ou ainda, para atendimento de situações de urgência e emergência da Secretaria Municipal de Saúde e para transporte de pacientes para a realização de hemodiálise;
  - V realização de serviços extraordinários;
- VI celebração de termo de cooperação e termo de fomento, com dispêndio de recursos financeiros por parte do município;
- VII A utilização de veículos e maquinários da frota municipal nos finais de semana e feriados, exceto aqueles destinados a atendimento de situações de urgência e emergência.
- **Art. 3º** Não se aplica as disposições deste Decreto, exclusivamente, ao atendimento de situações de urgência e emergência da Secretaria Municipal de Saúde e ao transporte de pacientes para a realização de hemodiálise.
- **Art. 4º** Fica expressamente determinado aos Secretários e Gerentes Municipais a estrita observância das disposições contidas neste Decreto, ficando ao cargo de cada um a adoção de medidas necessárias à sua implementação.



**Art. 5º** A Secretaria Municipal de Administração ficará responsável pelo acompanhamento e verificação quanto à observância e cumprimento das medidas estabelecidas neste Decreto.

**Art. 6º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vigorando até 31 de janeiro de 2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JATEÍ/MS, em 18 de outubro de 2018.

ERALDO JORGE LEITE Prefeito Municipal